

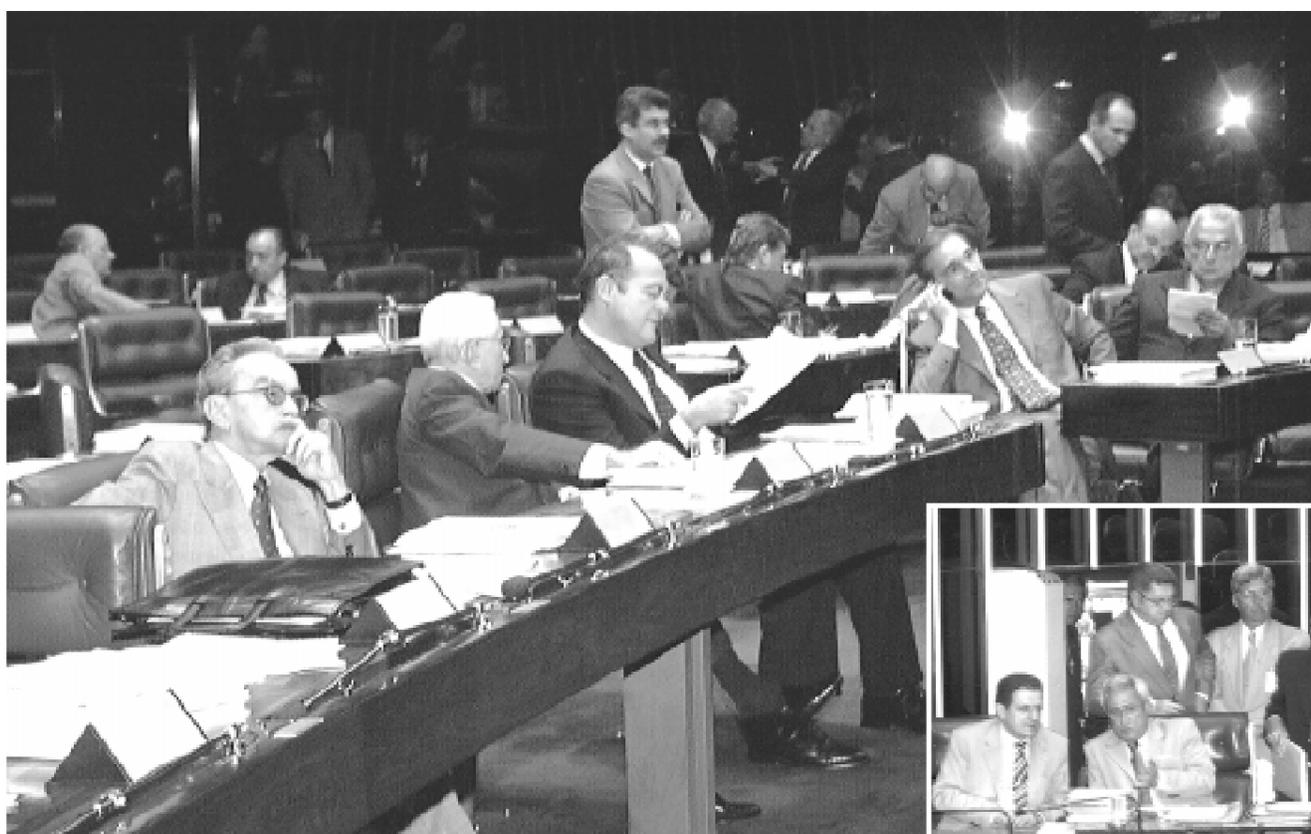
# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.468 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 3 DE ABRIL DE 2002

## Senado aprova suspensão de norma do TSE para coligações

Plenário acolhe projeto de decreto legislativo anulando decisão do tribunal que vincula as coligações partidárias estaduais às realizadas para a eleição presidencial. Texto será submetido ao exame da Câmara dos Deputados



Depois de longo debate, o Plenário do Senado aprovou ontem projeto de decreto legislativo suspendendo a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que vincula as coligações partidárias nos estados às realizadas para as eleições presidenciais. A matéria segue agora para a deliberação da Câmara dos Deputados. O texto foi aprovado nos termos do substitutivo do senador Amir Lando a projeto de Renan Calheiros.

PÁGINA 3

O Plenário do Senado (*acima*) debateu longamente, em sessão presidida por Ramez Tebet (*à direita*), a proposta que altera decisão do Tribunal Superior Eleitoral



Comissão de Assuntos Econômicos acatou projeto que rola dívida de R\$ 807,19 milhões

### Rolagem da dívida mobiliária de Alagoas é acolhida na CAE

PÁGINA 4

**Novas regras facilitam empréstimos aos estados**

PÁGINA 4

**General Cardoso explica suposta falha no serviço de inteligência**

PÁGINA 6

**Comissão Parlamentar do Mercosul reúne-se este mês na Argentina**

PÁGINA 6

# Retirada urgência na tramitação do projeto que flexibiliza a CLT

Iniciativa do governo faz parte de entendimento com a oposição para permitir exame da proposta de emenda constitucional que prorroga a cobrança da CPMF

Atendendo a pedido do governo, o Plenário retirou o regime de urgência do projeto que flexibiliza a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dar prioridade aos acordos coletivos sobre os dispositivos da legislação ordinária. A matéria agora volta às comissões técnicas.

O líder do governo, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), louvou o entendimento entre o Executivo e a oposição nesse assunto, reconhecendo a inoportunidade da votação em regime de urgência. Ele apelou aos mesmos líderes para que o Senado possa caminhar unido na aprovação da proposta de emenda à Constituição que prorroga a cobrança da



Távola saudou o entendimento e pediu que seja aprovada a prorrogação da CPMF

Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), a fim de que "se possa entrar no período eleitoral com a pauta cumprida".

Falando em seguida, o líder do

PFL, José Agripino (RN), saudou a iniciativa do governo ao retirar a urgência da matéria, mas disse que, com relação à CPMF, o PFL votará favoravelmente apenas se forem cumpridos os prazos para que a matéria seja debatida em profundidade, como aconteceu em todas as vezes em que se prorrogou sua cobrança.

Na mesma discussão, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou o entendimento havido com o governo para a retirada da urgência

do projeto que flexibiliza a CLT. Com o adiamento da deliberação, ele disse que o assunto poderá ser mais profundamente estudado.

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) também cumprimentou o líder do governo pela retirada do regime de urgência.

— Sempre defendi que esse é um assunto polêmico, que merece ampla discussão e não poderia ser decidido assim — afirmou.

Ainda durante a sessão, o Senado adiou a votação do projeto que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para atribuir ao estado o transporte dos alunos da rede estadual de ensino e aos municípios a responsabilidade pela condução dos alunos da rede municipal.

## Deputado elogia contribuição de Tebet para entendimento

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu na manhã de ontem o deputado federal Paulo Paim (PT-RS), que o visitou para agradecer a contribuição ao acordo que permitiu a retirada da urgência na tramitação do projeto de flexibilização das normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Desde que o Executivo enviou o projeto à Câmara, Ramez Tebet manifestou-se reiteradamente contra a tramitação da matéria em regime de urgência, defendendo a necessidade de um exame mais aprofundado da proposta de flexibilização das regras da CLT.



Paulo Paim registrou "posição firme" de Tebet em relação ao projeto que flexibiliza a CLT

— Vim cumprimentar o presidente por sua posição firme sobre a CLT — disse Paim.

Tebet também recebeu em seu gabinete o presidente da Petróbras, Francisco Gros, que definiu o encontro como "apenas uma rápida visita de cortesia".

## Ademir diz que sociedade já reprovou proposta do governo

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou ontem que o projeto do governo que flexibiliza a CLT irá aumentar ainda mais os problemas sociais e ressaltou que "cabe ao Senado o papel histórico de derrotar essa proposta".

Ademir observou que o projeto se transformou em ponto de confronto com a sociedade e que, por força dessa resistência, o governo pediu a retirada do regime de urgência.

— Deveria ter retirado o projeto e não só a urgência, até porque essa proposta já recebeu a reprovação da sociedade — acrescentou.

Para o senador, o que os empresários querem com a flexibilização é cortar ou reduzir direitos, ou seja,



Ademir: cabe ao Senado o "papel histórico" de rejeitar o projeto

diminuir custos com a força de trabalho. Ele frisou que reduzir direitos significa reduzir a renda transferida das empresas para os trabalhadores.

Ademir rejeitou o argumento dos defensores do projeto que acusam a legis-

lação trabalhista brasileira de atrasada. Em sua avaliação, se comparada com a de outros países, ela só poderia ser considerada atrasada por ser "flexível demais". Mesmo que fosse válida a ideia de que é preciso aumentar o espaço para negociação entre trabalhadores e empregadores, Ademir considera que antes seria necessário estabelecer garantia de emprego contra dispensas arbitrárias e liberdade sindical ampla.



## AGENDA

QUARTA-FEIRA, 3 DE ABRIL DE 2002

Presidente  
Ramez Tebet

10h30 — Recebe Yu Chang Un, embaixador da República Popular Democrática da Coreia  
11h30 — Participa da solenidade de posse dos novos ministros. *Palácio do Planalto*  
15h — Participa da solenidade de posse dos ministros Nilson Vital Naves e Edson Carvalho Vidigal nos cargos, respectivamente, de presidente e vice-presidente do STJ  
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

### PLENÁRIO

14h30 — *Sessão deliberativa ordinária*  
Pauta: quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 3/00 (tramitando em conjunto com as PECs nº 12/00 e 14/01), altera o *caput* e os parágrafos 4º, 6º, 11 e 7º e acresce o parágrafo 8º ao artigo 57 da Constituição federal (alteração dos períodos das sessões legislativas e extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária); terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 32/01, altera o inciso II do art. 37 da Constituição federal para permitir o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 48/01, altera o *caput* do artigo 27 da Constituição federal (dispõe sobre a representação nas assembleias legislativas); Mensagem nº 85/02, submete a escolha do nome de José Alfredo Graça Lima para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à União Europeia; Pareceres nºs 76 e 77, de 2002, submetem os nomes do tenente-brigadeiro-ar Henrique Marini e Souza, para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar, e de Renato de Lacerda Paiva, para compor o Tribunal Superior do Trabalho; e emenda da Câmara ao PLS nº 131/96, dispõe sobre a língua brasileira de sinais.

### COMISSÕES

9h — *CPI das ONGs*  
Pauta: depoimento de Andreas Strakus, presidente do Laboratório Novartis do Brasil. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

10h — *Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania*  
Pauta: entre outros, PLS nº 226/01, acrescenta artigo ao Código Penal, dispondo sobre a responsabilidade penal dos administradores de entidades fechadas de previdência complementar. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h — *Comissão de Assuntos Sociais*  
Pauta: audiência pública com a presença dos professores Jorge Steinhilber, presidente do Conselho Federal de Educação Física; José Luiz Falcão, da Universidade Federal de Santa Catarina; Lino Castelene, presidente do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (Unicamp/Campinas); Rosane Gonçalves, membro da Executiva Nacional de Dança e chefe da Divisão de Cultura da Universidade Estadual do Paraná; Mariana Gidali, diretora do Bolet Stadium (SP) e Daniele Hippólit, ginasta, com a finalidade de instruir o PLC nº 66/00, que dispõe sobre a responsabilidade técnica por cursos livres de lutas, natação e ginástica. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — *Subcomissão da Idosa*  
Pauta: discussão e votação do cronograma de trabalhos. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

11h30 — *Comissão de Fiscalização e Controle*  
Pauta: apreciação de avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias realizadas em órgãos públicos. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

14h30 — *Comissão Mista Especial de Revitalização do Rio São Francisco*  
Pauta: exposição do secretário-executivo do Comitê para Integração do Rio Paraíba do Sul (Ceivap), Edilson de Paula Andrade. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mazarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Senado suspende decisão do TSE sobre coligações

Foi aprovado ontem pelo Plenário projeto de decreto legislativo que garante aos partidos políticos liberdade de se coligarem nas eleições deste ano. A matéria, relatada por Amir Lando, será agora analisada pela Câmara dos Deputados

O Plenário do Senado suspendeu ontem a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que vincula as coligações partidárias estaduais às realizadas para a eleição presidencial. Aprovada por maioria simples, a matéria segue agora para a deliberação da Câmara dos Deputados.

O texto foi aprovado nos termos do substitutivo do senador Amir Lando (PMDB-RO) a projeto de decreto legislativo do senador Renan Calheiros (PMDB-

AL). A decisão do TSE, disse Calheiros, é, sob todos os aspectos, “desastrosa, um verdadeiro retrocesso, imposto de súbito, ao arripio do pacto federativo”. No seu entender, o TSE “promoveu a mais absoluta insegurança jurídica nas relações eleitorais e partidárias”.

Relator da matéria, Amir Lando seguiu o mesmo tom. Ele afirmou que o Tribunal Superior Eleitoral exorbitou de sua competência ao emitir instruções

obrigando as coligações partidárias a valerem para todos os pleitos. O senador considera que o TSE tem poderes de estatuir normas para gerir as eleições, mas não de introduzir disposições que modifiquem substancialmente o processo legislativo.

Segundo ainda Lando, se o TSE exorbita, cabe ao Legislativo zelar contra isso, o que é possível por meio do decreto legislativo. Em sua opinião, não há como aceitar uma modificação, que

definiu como “brusca e radical” e que alterou o processo eleitoral no ano em que ele está ocorrendo.

— Não discuto o mérito das modificações introduzidas, mas a tempestividade delas — disse Lando, informando que seu parecer objetivava estabelecer a segurança jurídica necessária num ano eleitoral.



Para Calheiros, autor do projeto, a decisão do TSE “é desastrosa sob todos os aspectos”

Roosevelt Pinheiro

## Utilização de decreto legislativo gera polêmica

Amplio debate precedeu a votação em que o Senado suspendeu a instrução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que vincula as coligações partidárias para as eleições presidenciais e estaduais. Alguns dos senadores contrários à decisão do tribunal também discordaram da utilização do decreto legislativo para cancelá-la.

Foi o caso do senador José Fogaça (PPS-RS), defensor da tese de que o TSE exorbitou de sua competência, pois, afirmou, não cabe ao tribunal legislar sobre matéria tão sensível e num momento tão impróprio. Além disso, ele acredita que a decisão foi inconstitucional, visto que a Constituição proíbe mudanças nas regras do pleito em ano de eleição. Fogaça disse não ter dúvida de que o tribunal cometeu um equívoco histórico. Com essa instrução, disse, “o tribunal interpreta mal a Constituição e interpreta erradamente a lei”. Fogaça se absteve de votar.

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) afirmou que o TSE não exorbitou de suas funções nem interferiu nas prerrogativas do Legislativo. Em sua opinião, o tribunal apenas interpretou uma lei, ato que não podia ser cancelado



O Plenário debateu amplamente o projeto que suspende a resolução do TSE antes de aprová-lo. Alguns senadores se absteram de votar

por decreto legislativo. Para ele, o instrumento certo para desfazer a instrução seria a ação direta de inconstitucionalidade (Adin).

Após o senador Jefferson Péres (PDT-AM) anunciar que votaria contra o projeto, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) se manifestou para dizer que o decreto legislativo tinha constitucionalidade duvidosa, mas precisava ser votado.

— Entendo que, nesta questão, o que está em jogo é a autonomia dos partidos — afirmou Dutra.

O líder do PSDB na Casa, Geraldo Melo (RN), também considerou o decreto legislativo uma exorbitância. Ele antecipou que votaria contra, por duvidar da constitucionalidade do projeto,

mas liberou os senadores da bancada para votarem conforme suas convicções.

O senador José Agripino (PFL-RN) disse que seu voto era político e que, assim como o PFL, votaria a favor do projeto, inclusive para sinalizar ao Supremo Tribunal Federal (STF) o que o Brasil pensa sobre o assunto.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) anunciou o voto favorável do seu partido ao projeto e disse que os poderes são autônomos, mas não podem ferir a norma constitucional. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse esperar que a polêmica em torno da instrução possa facilitar a reforma política. Ela se absteve de votar.

Gerardo Magela

## Aprovada gratificação para servidor do Tribunal de Justiça do Distrito Federal

O Senado aprovou ontem projeto instituindo a Gratificação por Execução de Mandados, a ser paga aos ocupantes do cargo de analista judiciário do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. A gratificação — correspondente a R\$ 1.244,07 — será paga em razão das peculiaridades decorrentes da integral e exclusiva dedicação às atividades do cargo e dos riscos a que esses servidores estão sujeitos.

O texto, que vai a sanção presidencial, estabelece que a gratificação não se incorpora à remuneração, nem será com-

putada ou acumulada para fins de concessão de acréscimos posteriores. Os servidores terão direito à gratificação apenas enquanto estiverem no cumprimento de mandados judiciais do tribunal.

Na votação, o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) disse que a decisão corrigia injustiça há muito tempo perpetrada contra os analistas judiciários do tribunal.

— Ao aprovar a matéria, o Senado repara uma injustiça, visto que somente no Distrito Federal essas gratificações não vinham sendo pagas.

## Senado acata projeto de lei que cria a Universidade Federal de Campina Grande

Foi aprovada ontem pelo Senado a criação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Desmembrada da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a instituição terá natureza jurídica autárquica, vinculada ao Ministério da Educação, e será instalada em Campina Grande. O projeto aprovado vai agora a sanção presidencial.

De iniciativa do Executivo, o projeto estabelece que a UFCG objetiva ministrar ensino superior, desenvolver a pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária. O Executivo é autorizado a transferir saldos orçamentários da UFPB para a UFCG.

O senador Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB) disse que a criação da universidade era uma luta de 20 anos que precisava ser coroada pelo Senado. Ele apelou aos senadores para que aprovassem o projeto.

## Pauta inclui PEC que diminui o período de recesso do Congresso Nacional

O Plenário do Senado examina hoje nove proposições. Cinco delas são propostas de emenda à Constituição. As três primeiras, que tramitam em conjunto, aumentam o período de funcionamento do Congresso, diminuem a duração do recesso e vedam pagamento extra por convocação extraordinária.

Uma das propostas, de autoria do senador Jader Barbalho, tramita com parecer favorável do senador José Fogaça (PPS-RS). O texto determina que o Congresso Nacional se reunirá, anualmente,

entre os dias 5 de janeiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 20 de dezembro. Se aprovada, o recesso parlamentar ficará limitado a 30 dias durante o mês de julho e 15 dias no final do ano.

A proposta prevê ainda que, nas convocações extraordinárias do Congresso, não haverá pagamento extra aos parlamentares. Segundo o relator, duas emendas dispostas sobre temas afins, que também integram a Ordem do Dia, ficarão prejudicadas e não precisarão ser votadas, no caso de a primeira ser aprovada.

## Calheiros: juristas foram consultados sobre proposta

Afirmando que todos os juristas por ele consultados afirmaram que decreto legislativo era o instrumento adequado para cancelar a instrução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre coligações partidárias, o autor do projeto, senador Renan Calheiros (AL), defendeu sua iniciativa em Plenário.

Ele lembrou que o decreto legislativo foi criado pela Constituição de 1988 e que aprovar a proposta

era uma forma de o Congresso demonstrar que não estava passivo à decisão do TSE.

No seu entender, essa era também uma forma de pôr um limite à atuação do tribunal.

— Se não fizermos isso agora, teremos muita dificuldade em fazer isso amanhã — alertou. Para Calheiros, o TSE “promoveu a mais absoluta insegurança jurídica nas relações eleitorais e partidárias do país”.

# Empréstimo fica mais fácil para estados e municípios

Projeto aprovado pelo Senado reduz exigências para obtenção de financiamentos junto a instituições de crédito nacionais e internacionais

O Senado aprovou ontem projeto de resolução que altera as normas vigentes no Senado para autorizar estados e municípios a contratarem empréstimos, adaptando a legislação às determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal. A proposta, de Lúcio Alcântara (PSDB-CE), flexibiliza exigências, facilitando a obtenção de financiamentos junto a instituições de crédito nacionais e internacionais.

O limite de comprometimento das Receitas Correntes Líquidas (RCLs) com a concessão de garantias passa, segundo a proposta, de 22% para 32%. Na prática, a aprovação do projeto de resolução vai permitir que unidades da Federação que tenham atingido o patamar atual possam tomar novos recursos para investimentos.



Proposta de Lúcio Alcântara permite maior comprometimento de receita

De acordo com o parecer da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), de autoria do senador Paulo Souto (PFL-BA), a matéria liberaliza a possibilidade de estados e municípios concederem incentivos fiscais para a instalação de empresas, já que foram retiradas as proibições de contratação de novos créditos para quem renunciou a impostos.

O projeto também revoga a regra pela qual o não pagamento de precatórios implica a redução do limite de endividamento. Por outro lado, registros de inadimplência junto ao sistema financeiro nacional passam a restringir o limite de crédito. De acordo com as modificações, os governos e prefeituras precisam ainda estar adimplentes não apenas junto ao INSS, mas também com relação a todos os débitos previdenciários relativos aos seus servidores.

A proposta reduz de oito para seis meses antes do fim do mandato o período em que prefeitos e governadores não poderão assinar contratos de financiamento.

Os senadores aprovaram projeto de resolução pelo qual o cálculo da receita corrente líquida deve levar em conta o resultado de até dois meses anteriores ao mês de apresentação do pedido de autorização para empréstimo.

## Autorizado financiamento a turismo no Nordeste

Com base em parecer da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) elaborado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), os senadores aprovaram projeto de resolução que autoriza a União a oferecer garantia a operação de crédito externo no valor de US\$ 240 milhões contratada pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiar a segunda etapa do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE II). A contrapartida nacional para o programa é de US\$ 160 milhões, a serem investidos em quatro anos.

Segundo a mensagem presidencial, o programa tem como obje-

tivo complementar a primeira etapa, de forma a garantir as condições ideais para o desenvolvimento sustentável do setor, por meio do aporte de investimentos privados. Até o momento, o governo estima que já foram movimentados cerca de US\$ 5,5 bilhões pela iniciativa privada graças ao Prodetur I. Para os próximos anos, a expectativa é de que outros US\$ 5,4 bilhões sejam usados em empreendimentos relacionados ao turismo na região.

Alcântara aponta que o empréstimo obedece às regras da Resolução 96, de 1986, e obteve pareceres favoráveis da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e do Banco Central (BC).

Além disso, o senador aponta que os gastos estão previstos no Orçamento de 2002 e no Plano Plurianual em vigor. O empréstimo deve representar, de acordo com o parecer, um custo efetivo de 7,41% ao ano, patamar considerado favorável pela STN.

Alteração do projeto sugerida pelos senadores Paulo Hartung (PSB-ES) e Ricardo Santos (PSDB-ES), incluindo o Espírito Santo entre os estados a serem contemplados no Prodetur, foi acatada pelo relator em Plenário, senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), que apresentou duas emendas à proposta original, apesar de apelo em contrário do senador Romero Jucá (PSDB-RR), vice-líder do governo.

## Microempresas podem ter US\$ 900 milhões

O Plenário do Senado aprovou na sessão de ontem projeto de resolução que autoriza a União a dar garantias para contratação de empréstimo de US\$ 900 milhões pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiar a terceira etapa do Programa de Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Mé-

dias Empresas, o Multissetorial III. O programa prevê a modernização e o conseqüente aumento de competitividade do parque produtivo brasileiro, principalmente das empresas de menor porte. Em todas as suas etapas o Multissetorial somará investimentos de US\$ 3 bilhões, envolvendo uma contrapartida nacional de valor igual ao das parcelas do BID.

O relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Paulo Hartung (PSB-ES), destacou que os financiamentos do BNDES são a única fonte de empréstimos de longo prazo para investimentos no país, principalmente para atividades empresariais de menor porte. O prazo para pagamento do empréstimo autorizado é de 20 anos, com carência de 54 meses e custo de 6,67% ao ano.

## Passa na CAE a rolagem da dívida mobiliária de Alagoas

A rolagem da dívida mobiliária de Alagoas, de R\$ 807,19 milhões, foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE). O projeto de resolução da rolagem



Os senadores da comissão aprovaram renegociação da dívida mobiliária de R\$ 807,19 milhões

da dívida, de autoria do senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), com parecer favorável do senador Romero Jucá (PSDB-RR), foi discutido durante três horas pelos senadores. A comissão rejeitou emenda proposta pela senadora Heloísa Helena (PT-AL) condicionando os efeitos da rolagem à decisão judicial sobre a existência ou não de fraude na emissão de títulos do estado.

Presente à reunião, o governador de Alagoas, Ronaldo Lessa, explicou que, na prática, a rolagem da dívida mobiliária do estado significa devolver uma posição de governabilidade a Alagoas, que era obrigado a destinar 30% da sua receita líquida para o pagamento de dívida, num prazo de dez anos. Com a nova resolução,

o comprometimento da receita líquida passa para 15% e o prazo de pagamento para 30 anos.

A senadora Heloísa Helena considerou absurda a rolagem de uma dívida decorrente de títulos que estão sendo questionados pela Justiça, estipulando-se formas de pagamentos correntes, antes da decisão final do Judiciário. Os senadores Roberto Requião (PMDB-PR), José Eduardo Dutra (PT-SE), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Antonio Carlos Junior (PFL-BA) votaram favoravelmente à emenda da senadora.

O senador Paulo Hartung (PSB-ES) preferiu acompanhar o relator, argumentando que não via alternativa para o "desengessamento financeiro" do estado de Alagoas.

## Lessa diz que, com a decisão, estado "vai poder respirar"

O governador de Alagoas, Ronaldo Lessa, disse à Agência Senado que, com a nova rolagem da dívida, aprovada ontem pela CAE, o estado "vai poder respirar", em termos financeiros, credenciando-se a receber recursos novos, principalmente do governo federal, para investimentos em obras prioritárias. A resolução, explicou o governador, concede também uma espécie de aval para futuras negociações de Alagoas com os seus credores, já que os títulos estão sofrendo questionamento judicial, por suspeita de fraude no seu lançamento.

Sem prejuízo do questionamento da validade desses títulos na Justiça, explicou o governador, o estado pode levar a negociação para o que entende ser razoável, que é o valor histórico de fato tomado do mercado no lançamento dos títulos – R\$ 282 milhões –, acrescido de correção monetária com base no Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M).

Atualmente, segundo o procurador-geral de Alagoas, Ricardo

Mero, o valor de face desses títulos, cuja maior parte encontra-se em poder de bancos oficiais, atinge R\$ 1,1 bilhão. Com os deságios (descontos) negociados, em torno de 30%, o estado deverá pagar por esses títulos algo em torno de R\$ 700 milhões, quando do seu resgate, disse o procurador.

A Justiça de Alagoas já se pronunciou em primeira instância pela nulidade dos títulos. A do Rio de Janeiro, contudo, os considerou válidos. Os títulos foram emitidos em 1996, para pagar precatórios (dívidas relativas a sentenças judiciais), tendo seus recursos, no entanto, sido desviados, para a cobertura de "débitos questionáveis" com empresas locais, explicou o procurador.

Ricardo Mero disse ainda que os responsáveis pela emissão dos títulos e desvio dos recursos, entre eles o governador da época, secretários e assessores, já foram condenados pela Justiça alagoana em primeira instância, encontrando-se com os bens indisponíveis.

## Plenário avança no exame de emendas à Constituição

O Senado avançou ontem na tramitação de seis propostas de emenda à Constituição (PECs). Entre elas, figuram as três propostas alterando o período de recesso parlamentar, que, caso não recebam emendas em Plenário, devem ser votadas em primeiro turno na sessão de amanhã.

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) defendeu a PEC de sua autoria que permite a ascensão profissional de servidores públicos concursados a cargos de nível superior mediante processo seletivo. Ele elogiou o parecer do senador José Fogaça (PPS-RS), aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Os senadores aprovaram requerimento do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) solicitando o adiamento da votação em segundo turno da PEC de sua autoria que institui o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco. A matéria deve retornar à pauta no dia 10 de abril.

Na mesma sessão, também transcorreu o segundo dia de discussão da PEC do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que modifica a forma de representação nas assembleias legislativas.

O Plenário aprovou requerimento do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) solicitando que o Senado manifeste voto de louvor à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pela Campanha da Fraternidade de 2002.

## Aprovada escolha de diretora da Agência de Águas

Com 17 votos "sim", um "não" e uma abstenção, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprovou ontem a indicação de Dilma Seli Pena Pereira para o cargo de diretora da Agência Nacional de Águas (ANA). O relator da indicação foi o senador Arlindo Porto (PTB-MG), que emitiu parecer favorável. A mensagem vai à votação no Plenário.

O senador Arlindo Porto elogiou a inovação representada pelo programa de compra de esgoto tratado e ressaltou a importância da conscientização da sociedade para a responsabilidade que compartilha com a ANA e demais esferas de governo. O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) destacou a importância de investimento na prevenção. Já o senador Paulo Souto (PFL-BA) quis saber que tipos de recursos seriam considerados como investimento pela ANA. Dilma explicou que a única restrição em relação a recursos é oriunda do Orçamento Geral da União, que não podem ser subsidiados duas vezes.

# Para Armínio Fraga, média de juros reais este ano deve ficar em 11,5%

Presidente do BC previu, em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento, que crescimento do PIB este ano registrará 2,5%. Disse que economia crescerá 4% em 2004

O presidente do Banco Central (BC), Armínio Fraga, previu que a economia brasileira crescerá 4% ao ano a partir de 2004. Para este ano, o presidente do BC espera uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,5%, chegando a 3,5% no ano que vem. Nos últimos cinco anos, porém, a média de crescimento do PIB brasileiro foi de 2,01%, segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

A previsão de Armínio Fraga foi feita em audiência pública da Comissão Mista de Orçamento (CMO), como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, que dá prazo de 90 dias, após o encerramento de cada semestre, para que o presidente do BC apresente ao

Congresso avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial. A reunião foi aberta pelo presidente da CMO, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT).

O presidente do BC qualificou sua previsão como conservadora, já que, para ele, é muito grande o potencial de crescimento da economia brasileira. Ele também foi otimista com relação à redução da taxa de juros reais, prevendo uma taxa média em torno de 11,5% para este ano e 8% para 2003. Atualmente a taxa está em 18,5%.

Em relação à política cambial, ele destacou que as intervenções diárias no mercado, feitas a partir de 5 de julho do ano passado, ajudaram a diminuir "o pânico e o



Durante a exposição na CMO, Armínio Fraga, ao lado do senador Carlos Bezerra (segundo à direita), destacou queda da taxa do risco Brasil

exagero no mercado".

O presidente do BC ressaltou ainda a diminuição da percepção do risco Brasil, que caiu de 1.256 pontos em 8 de outubro de 2001

para 755 pontos em 4 de março deste ano. Assinalou que o gráfico da taxa de risco do país é muito semelhante ao gráfico da variação cambial.

## Instalada comissão para homenagem a JK

O deputado Paulo Octávio (PFL-DF) foi escolhido presidente da comissão mista destinada a preparar as comemorações do centenário de nascimento do ex-presidente Juscelino Kubitschek ao longo do ano de 2002. O senador Arlindo Porto (PTB-MG) foi designado vice-presidente e o senador Francelino Pereira (PFL-MG) ficou encarregado da relatoria.

Além de manifestar a sua alegria por ver o marido da neta de JK ocupar a presidência da comissão, instalada ontem, o senador

Bernardo Cabral (PFL-AM) lembrou o convívio estreito que manteve com o ex-presidente. O senador ressaltou ainda que, embora Juscelino tenha dedicado boa parte de sua vida à política, a única fortuna que amealhou foi a grande admiração do povo brasileiro.

Representante da secretaria executiva da Comissão Organizadora das Comemorações do Centenário de Nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek, criada no âmbito do Ministério da Cultura, Aldelmo

Garcia citou as iniciativas do governo para homenagear o ex-presidente, falecido em acidente de trânsito em 1976. Entre outras medidas, ele afirmou que o governo planeja produzir 50 milhões de moedas comemorativas no valor de um real.

A comissão acatou a sugestão de Paulo Octávio de enviar para o presidente do Senado, Ramez Tebet, carta solicitando que os discursos feitos por JK como senador sejam publicados em livro.



O senador Francelino Pereira foi designado relator da comissão mista

## Althoff é eleito presidente da Subcomissão do Esporte

A Subcomissão Permanente do Esporte foi instalada ontem, com o objetivo de dar continuidade aos trabalhos da CPI do Futebol e investigar irregularidades nas categorias profissionais esportivas do país. A subcomissão elegeu por unanimidade o senador Geraldo Althoff (PFL-SC) para presidente e o senador Luiz Otávio (PPB-PA) para vice-presidente.

Na avaliação de Geraldo Althoff, a instalação da comissão



Althoff: subcomissão é consequência da CPI do Futebol

constitui um dos fatos mais importantes para o Poder Legislativo, que poderá garantir o aprimoramento dos esportes no país. A subcomissão foi criada a partir das constatações feitas pela CPI.

— A criação dessa subcomissão é mais uma consequência positiva da CPI do Futebol — afirmou Althoff.

O presidente da Comissão de Educação, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), empossou Althoff na presidência da subcomissão.

## Senador traz versão de ACM sobre doação para campanha

O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) ratificou em Plenário a informação de que o ex-senador e controlador do Bamerindus José Eduardo Andrade Vieira colocou R\$ 5 milhões e um avião à disposição da campanha do então



Antonio Carlos Júnior defende investigação da denúncia

candidato a presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1994. A informação veio a público em entrevista do ex-senador Antonio Carlos Magalhães ao jornalista Bóris Casoy e foi refutada na semana passada pelo líder do governo no Senado, Artur

da Távola (PSDB-RJ).

Antonio Carlos Magalhães havia dito que a oferta foi feita em reunião na residência de Andrade Vieira, em que estiveram presentes de "seis a oito pessoas". Antonio Carlos Júnior levantou a hipótese de que o

ex-banqueiro pretenda negar o episódio temendo ter cometido crime eleitoral, o que, segundo o senador, não se justifica, uma vez que o fato já estaria prescrito. O senador baiano defendeu que a denúncia seja investigada.

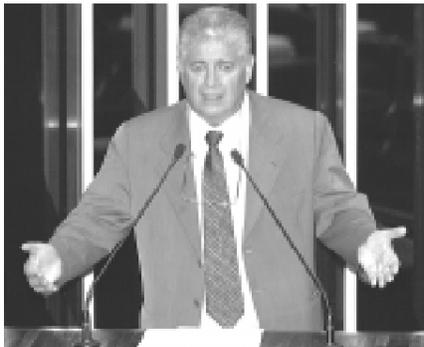
# Comissão Parlamentar do Mercosul programa reunião na Argentina

Objetivo do encontro, anunciado por Roberto Requião, é reforçar apoio a argentinos em função da situação de crise econômica e cambial que o país atravessa

O presidente da representação brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, senador Roberto Requião (PMDB-PR), anunciou a realização de uma reunião das representações parlamentares dos quatro países membros na Argentina, nos dias 11 e 12. A reunião, convocada pelo presidente da representação argentina, Raul Alfonsín, tem como objetivo

reforçar o apoio do Mercosul à Argentina, em função da situação de crise econômica e cambial que aquele país atravessa.

Na reunião realizada ontem, a



Roberto Requião preside a representação brasileira da Comissão do Mercosul

Fotos: Roosevelt Pinheiro

agropecuários importados em condições de concorrência desleal, predatória ou danosa para a produção rural brasileira. O projeto também dispõe sobre amparo ao pequeno produtor e regras de financiamento e liberação de estoques públicos.

Segundo o senador, os dispositivos do projeto estão em sintonia com as normas da Organização Mundial de Comércio (OMC), em especial o instrumento da tributação compensatória provisória. "Sendo o comércio internacional de produtos agropecuários marcado por subsídios vultosos, é imperativo para o Brasil adotar essa compensação tributária visando restaurar condições igualitárias e saudáveis no

intercâmbio comercial internacional", explicou.

Para Porto, o mundo globalizado é desleal em relação ao comércio, bastando lembrar a recente decisão dos Estados Unidos de sobre-taxar, unilateralmente, suas importações de aço.

A comissão também aprovou o relatório favorável do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) ao texto do Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente, assinado em Assunção, no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul). "Pelo acordo, o Mercosul está criando as condições institucionais necessárias para edificação do regime ambiental do bloco", afirma o relatório.

## Josaphat Marinho será homenageado em sessão especial

O Senado aprovou ontem homenagens ao ex-senador Josaphat Marinho, morto no último sábado, aos 86 anos, de edema pulmonar.

O Plenário decidiu que irá realizar sessão em homenagem a Josaphat, que exerceu o mandato de senador até 1999. Também foi enviada à Comissão Diretora indicação do presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Bernardo Cabral (PFL-AM), para que a sala de reuniões da comissão receba o nome de Josaphat.

Por fim, foi aprovado requerimento de Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) de voto de pesar e envio de condolências à família do ex-senador, à Assembléia Legislativa, ao governo do estado e ao povo da Bahia. Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou a forma íntegra como Josaphat sempre procedeu.

## Presidente do Senado recebe Martus Tavares

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem visita do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares. O ministro, que deixa a pasta hoje para assumir cargo de direção do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), disse ter feito uma visita de despedida a Tebet. Martus esteve também no Plenário do Senado e, em seguida, reuniu-se com o presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves.

## STM condecora Ramez Tebet e Valmir Amaral

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário Militar, em cerimônia realizada na sede do Superior Tribunal Militar (STM). O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) foi agraciado com a medalha de Alta Distinção da mesma Ordem.

O presidente do STM, ministro Olympio Pereira da Silva Jr., ressaltou os serviços prestados pelos senadores à Justiça Militar no exercício da atividade parlamentar. Também foram condecorados os ministros da Fazenda, Pedro Malan, do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, e das Relações Exteriores, Celso Lafer, e o presidente do Banco Central, Arminio Fraga, entre outras autoridades.

## Lafer expõe posição do Brasil no conflito do Oriente Médio

O Senado aprovou requerimento para que o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, preste esclarecimentos sobre a posição que o Brasil adotará frente ao agravamento da crise no Oriente Médio, com o conflito entre Israel e a Autoridade Palestina. Celso Lafer comparecerá ao Senado amanhã; inicialmente, ele falará apenas sobre a questão do protecionismo americano para o aço.

O requerimento é de autoria dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Paulo Hartung (PSB-ES) e tem como justificativa a grande preocupação com a ação militar de Israel e com os atos terroristas que vêm fazendo inúmeras vítimas entre a população civil. Os senadores lembram que o governo brasileiro já emitiu três notas condenando as ações terroristas de ambos os lados e exortando ao cumprimento da resolução da ONU e à construção de uma saída de paz para o conflito. Suplicy ressaltou que no Brasil vivem em harmonia muitos descendentes de árabes e judeus, o que aumenta a responsabilidade do país em buscar a paz em Israel e na Palestina.

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) encaminhado requerimento para que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examine um voto de censura ao governo do Estado de Israel pela ocupação da Cisjordânia/Palestina. Como justificativa, Cândido afirma que a operação denominada "Muro de Defesa", desencadeada pelo primeiro-ministro israelense Ariel Sharon, constitui ameaça ao processo de paz no Oriente Médio.

## General Cardoso vai explicar atuação da Abin

A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) aprovou por unanimidade ontem requerimento do deputado João Paulo (PT-SP) convidando o general Alberto Cardoso, ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, a participar de reunião da comissão para explicar supostas irregularidades e possíveis falhas na atuação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Os deputados e senadores que integram a comissão querem explicações sobre as denúncias de que ex-integrantes do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI) teriam

prestado serviços à Abin espionando a governadora do Maranhão, Roseana Sarney. Os parlamentares também querem saber se houve falhas na atuação da Abin no episódio da invasão da fazenda Córrego da Ponte, em Buritis (MG), que pertence à família do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Ao final da reunião, Jefferson Péres transmitiu a presidência da Co-



Jefferson Péres presidiu pela última vez a reunião da CCAI

missão de Controle das Atividades de Inteligência ao deputado Aldo Rebelo, conforme tinha sido acordado depois da instalação da CCAI. Ao assumir o cargo, Rebelo elogiou a atuação do antecessor.

— Quero cumprimentá-lo pela seriedade e pelo status que conferiu a esta comissão a partir de sua trajetória de respeitabilidade — afirmou.

## Crime organizado pode ter punição mais dura

A Comissão Mista de Segurança Pública concluiu ontem a votação do relatório que propõe uma nova legislação de combate ao crime organizado. O texto, dos deputados Magno Malta (PL-ES) e Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), impõe penas de cinco a dez anos de prisão para quem se associar com pelo menos mais duas pessoas, formando grupo estruturado e com divisão de tarefas para cometer crimes como tráfico de drogas, terrorismo, contrabando de armas, seqüestro e delitos financeiros e contra a administração pública.

O projeto estabelece uma série de normas para facilitar a investigação e a punição dos delitos cometidos por organizações criminosas. O in-

tegrante do grupo que colaborar com a polícia e a Justiça, por exemplo, poderá ter a pena reduzida em até dois terços. O texto fixa ainda regras que dificultam o contato entre o condenado e seus comparsas. Os deputados também propõem a regulamentação das infiltrações de agentes policiais nas organizações criminosas.

### NARCOTRÁFICO

Uma legislação que restringe drasticamente a utilização do patrimônio pelos traficantes de drogas. É o que prevê o substitutivo do deputado Magno Malta, que deve ser votado hoje pela Comissão Mista de Segurança Pública. Experiências internacionais indicam, segundo o deputado, que a

forma mais eficaz de combater atividades ilícitas que geram lucros é impedir os benefícios auferidos com o crime.

Nesse sentido, o texto estabelece a indisponibilidade cautelar dos bens dos acusados de tráfico de entorpecentes, além de elevar as chamadas penas pecuniárias (financeiras). Os acusados de tráfico também seriam obrigados a comprovar a origem de seus bens.

Uma novidade é a instituição da figura do traficante eventual — aquele que pratica o crime sem a intenção de fazer disso uma ocupação habitual —, que terá punição mais branda. Para o traficante habitual, haverá um endurecimento da legislação.

# Brasil não tem política de saneamento, diz Hartung

Citando dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, o senador denunciou que quase metade dos municípios brasileiros não conta com serviço de esgoto sanitário e que a maioria dos resíduos sólidos ainda é jogada em lixões

## Valadares destaca liberação de verba e término de obra

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) relatou ontem a festa cívica que quatro municípios do interior de Sergipe realizaram por ocasião da inauguração de uma pequena ponte sobre o Rio Galante, construída pela Companhia de Desenvolvimento



Para Valadares, Orçamento deve ter execução compulsória

do Vale do São Francisco (Codevasf). "Alguns metros de ponte, parcos R\$ 84 mil, trouxeram o mesmo entusiasmo para a comunidade que a ponte Rio-Niterói, que custou milhões de dólares", observou.

Segundo o senador, os recursos foram liberados em função de uma emenda orçamentária de sua autoria. "Fiquei emocionado com o entusiasmo e a festa da população, dos prefeitos dos quatro municípios beneficiados – Amparo do São Francisco, São Francisco, Malhada dos Bois e Cedro de São João – e

dos políticos da região", disse.

Valadares argumentou que experiências como essa sempre o convencem da necessidade de tornar o Orçamento da União uma peça de execução compulsória e não mais meramente autorizativa como é agora.

Ele explicou que o Executivo contingencia 50% das emendas

apresentadas pelos parlamentares e libera o restante a conta-gotas. "Mas quando libera e uma obra é feita com eficiência, a qualidade de vida de uma comunidade melhora e podemos ver e sentir o quanto é importante lutar pelo bem-estar das pequenas comunidades", afirmou.

O senador por Sergipe lembrou ainda que a ponte resultará em comunicação mais rápida entre os quatro municípios, tornando mais eficiente o escoamento da produção agropecuária das comunidades.

A partir dos dados recolhidos pela Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o senador Paulo Hartung (PSB-ES) afirmou ontem que não há política de saneamento básico no Brasil. O senador disse que alguns indicadores melhoraram, "mas não o suficiente para se comemorar ou afirmar que agora temos no país uma política efetiva para o setor".

Hartung informou que, de acordo com a pesquisa, 47,8% dos mais de 5 mil municípios não têm serviço de esgoto sanitário e 68,5% dos resíduos sólidos das grandes cidades são jogados em lixões e alagados. Além disso, continuou, o IBGE constatou que são produzidos todos os dias mais de 125 mil toneladas de lixo e 14,5 milhões de metros cúbicos de esgoto, sendo que apenas um terço desse resíduo recebe tratamento.

O senador Tião Viana (PT-AC) destacou o comportamento de "extrema vigilância" de Hartung em relação ao tema. Ele defendeu uma revisão urbana das cidades brasileiras e lembrou que 35 mil crianças morrem todos os dias no mundo apenas por falta de água tratada. Tião Viana reclamou responsabilidade de todas as esferas



Hartung: falta de saneamento tem gerado retorno de doenças endêmicas

de governo para com o saneamento básico.

Hartung citou também matérias publicadas pela revista *Isto É* pelo jornal *Folha de S. Paulo*, que apontam o retorno de doenças endêmicas do século 19, como a febre amarela, a hepatite e a dengue como conseqüências da falta de saneamento e da insuficiência de investimentos nos últimos anos. Para o senador, uma política nacional de saneamento básico deveria definir a titularidade do serviço e traçar diretrizes para investimentos públicos e privados no setor.

O senador lembrou que desde que chegou ao Senado, apresentou três projetos como contribui-

ção à formulação de uma política nacional de saneamento. O primeiro, trata da titularidade do serviço que, segundo afirmou, tornou-se um impasse para o desenvolvimento do setor. O outro, estabelece condições mínimas a serem observadas para a concessão desses serviços públicos, com obrigatoriedade de adoção de metas de expansão e a concessão não-onerosa. O objetivo da proposta é assegurar a universalização e a prevalência da tarifa módica.

O terceiro, cria a cota mínima de água para famílias carentes, "reconhecendo a essencialidade da água para a manutenção da vida e, por conseguinte, como um direito inalienável do cidadão", assinalou.

Hartung disse ainda que esteve com o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que lhe garantiu inclusão na pauta da reunião de hoje do projeto de lei que estabelece regras mínimas para a concessão do serviço de saneamento, até que seja definida uma política nacional para o setor. Cabral confirmou a inclusão do projeto como item extra na pauta.

## Maldaner pede liberação de recursos do seguro estiagem

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) fez um apelo ao governo federal para que libere os recursos do seguro estiagem, que irão beneficiar os minifundiários atingidos pela seca na Região Sul e em parte do estado de Mato Grosso do Sul. Esses recursos, afirmou o senador, garantirão a sobrevivência desses pequenos agricultores.



Casildo Maldaner defende crédito para pequenos agricultores

Maldaner também fez um apelo ao Conselho Monetário Nacional para que se reúna extraordinariamente antes de 24 de abril, data de sua próxima reunião, a fim de liberar recursos do Pro-

grama Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), para atender aos pequenos produtores. Cada agricultor, segundo o senador, receberia do programa entre R\$ 1.500 e R\$ 2.000.

O senador solicitou ainda o apoio do governo federal para as prefeituras da região atingida pela estiagem no Sul, que têm auxiliado no transporte de água, para atender especialmente a avicultura e a suinocultura. Além disso, lembrou Maldaner, as prefeituras têm que prover o abastecimento de água para a população urbana, enfrentando uma situação de emergência.

liado no transporte de água, para atender especialmente a avicultura e a suinocultura. Além disso, lembrou Maldaner, as prefeituras têm que prover o abastecimento de água para a população urbana, enfrentando uma situação de emergência.

## Mozarildo quer estimular criação de municípios

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu ontem um novo planejamento geo-estratégico para o país, não só no que tange à redivisão dos estados para a criação de novas unidades da Federação, mas também no que diz respeito à criação de novos municípios. Na avaliação do senador, o país precisa de uma legislação que estimule a redivisão municipal nas regiões mais pobres, de forma que a arrecadação da União possa ser melhor investida nas localidades menos desenvolvidas.

Mozarildo citou dados que mostram uma grande concentração de municípios nas regiões mais desenvolvidas do país, o



Mozarildo propõe redivisão municipal para gerar desenvolvimento

que, segundo afirmou, contribuiu para o agravamento das desigualdades regionais. Os municípios, frisou o senador, permitem a descentralização administrativa e ensinam um desenvolvimento mais harmônico.

Além disso, observou, há ainda a questão da segurança nacional. Ele citou dados divulgados pelo *Jornal Nacional*, da TV Globo, segundo os quais a Região Sul, que faz fronteira com três países, tem 570 municípios na faixa de fronteira, enquanto a Região Norte, que limita com sete países, tem apenas 98 municípios nesta faixa. Ele ressaltou que a fronteira norte, além de extensa, é problemática, devido ao narcotráfico e ao contrabando de armas.

Mozarildo lembrou que a legislação que engessou a criação de novos municípios só foi aprovada depois que as regiões mais ricas – Sul e Sudeste – já possuíam mais da metade dos municípios brasileiros. Ele salientou que não estava defendendo a simples multiplicação de municípios, mas um redesenho do mapa do Brasil "em busca de um equilíbrio que só se dá quando o mais forte apóia o mais fraco".

Em aparte, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) se solidarizou com o orador e defendeu a tomada de uma posição firme pelo Congresso em relação a essa questão, regulamentando o artigo da Constituição que estabelece os critérios para a criação de novos municípios. Ele citou o exemplo de vários distritos localizados em sua região, com toda estrutura para se tornarem municípios, mas que continuam dependendo do estado.

# Em debate, Conselho de Comunicação Social

Criado pela Constituição de 88, colegiado funcionará como órgão auxiliar do Legislativo. Participarão da audiência pública representantes de empresas de mídia, agências reguladoras e entidades dos trabalhadores do setor

A Comissão de Educação (CE) promove hoje, a partir das 9h, um debate sobre os critérios de composição do Conselho de Comunicação Social. Foram convidados para participar da audiência pública representantes de empresas de mídia, de agências reguladoras e de entidades de trabalhadores do setor.

— Nosso objetivo é o de discutir o projeto de resolução que regulamenta a escolha, pelo Congresso Nacional, dos integrantes do conselho, criado pela Constituição de

1988 mas ainda não instalado — explicou o presidente da comissão, senador Ricardo Santos (PSDB-ES).

Entre os convidados para o debate estão representantes do Congresso Brasileiro de Cinema (CBC); das agências nacionais de Telecomunicações (Anatel) e do Cinema (Ancine); do Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos em Espetáculos do Rio de Janeiro (Sated-RJ); da Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura (ABTA); e da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão

(Abert).

Também deverão enviar representantes a Federação Interestadual dos Trabalhadores de Empresas de Radiodifusão e de Televisão (Fitert); as televisões Bandeirantes e SBT; a Associação Brasileira de Radiodifusão e Telecomunicações (Abratel); a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj); a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraco); a Associação Nacional dos Jornais (ANJ); e a Associação Nacional dos Editores de Revistas (Aner).



Objetivo da audiência promovida pela Comissão de Educação é instruir projeto que regulamenta escolha dos integrantes do conselho

José Cruz

## Concessão de emissoras tem parecer favorável

Na reunião de ontem, a Comissão de Educação (CE) aprovou pareceres favoráveis ao funcionamento de uma emissora de televisão na cidade de Unaí (MG) e de cinco emissoras de rádio, localizadas nos estados de Alagoas, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Norte. Os projetos serão agora votados em Plenário.

A Fundação Educacional e Cultural Rio Preto, que já opera como retransmissora, poderá atuar também como geradora de programas de televisão em Unaí. No parecer favorável que apresentou à comissão, o senador Arlindo Porto (PTB-MG) afirmou que a aprovação do projeto que outorga concessão à fundação contribuirá para o desen-

volvimento econômico e social de toda a região noroeste de Minas Gerais.

Entre os demais projetos de decreto legislativo com parecer favorável da CE, estão os que prevêem autorização para a radiodifusão em frequência modulada à empresa Grande Rio Ltda., em Penedo (AL), à Fundação Vida, em Martins (RN), e à Fundação Quilombo, em Rio Largo (AL).

Os dois outros garantem renovação da concessão à Rádio Independente, para serviço de radiodifusão em ondas médias em Aquidauana (MS), e autorização para serviço de radiodifusão comunitária em Ouro Branco (RN) pela Associação Comunitária de

Comunicação Manairama.

A comissão não pôde analisar a proposta que disciplina a concessão de estágios a estudantes de ensino superior e de segundo grau. O presidente da CE, senador Ricardo Santos, comunicou que o projeto, por ser terminativo, estava incluído entre os que tiveram a tramitação sobrestada por causa da urgência concedida à análise, em Plenário, do projeto de reforma da Consolidação das Leis do Trabalho.

Ricardo Santos concedeu vista — solicitada pelo senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) — do projeto que torna obrigatória a classificação, por faixa etária, de todos os espetáculos públicos, incluindo os programas de televisão.

## Projeto facilita acesso de carente ao crédito educativo

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) pediu ontem apoio do Plenário a projeto de sua autoria que aperfeiçoa o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies), com a finalidade de expandir sua utilização entre estudantes carentes. Para ele, a exigência de um fiador vem representando um gargalo no acesso desses estudantes ao crédito, daí a iniciativa do parlamentar de propor um fundo de aval optativo, nos moldes dos contratos financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Ricardo Santos explica que o projeto também estabelece incentivos fiscais semelhantes àqueles destinados à produção cultural (Lei Rouanet), para que empresas possam aplicá-los em bolsas de estudo. Esse mecanismo pode criar facilidades de ascensão social, podendo aproximar a educação superior ao trabalho e combatendo o crescente desemprego.

### FUNDO DE GARANTIA

Segundo o senador, outro mecanismo de democratização do acesso do estudante carente ao Fies é a permissão para que o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) possa ser sacado para quitação do empréstimo do Fies pelo trabalhador, em seu benefício ou de seu dependente.

Para atingir a meta do Plano Nacional de Educação de se cri-



Ricardo Santos pediu apoio para seu projeto que cria fundo de aval como alternativa à fiança

Roosevelt Pinheiro

arem 2,5 milhões de vagas no ensino universitário no Brasil — o que aumentaria de 14% para 30% a população de 18 a 24 anos nas universidades —, Ricardo Santos acredita que é fundamental a criação de mecanismos de acesso ao ensino superior.

— O Fies é o instrumento eficaz para permitir esse avanço, especialmente com os aperfeiçoamentos que meu projeto proporciona — defendeu.

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) aplaudiu a iniciativa de propor que o FGTS possa ser usado para investir na educação de um jovem, “uma vez que até para comprar ações na bolsa de valores esse dinheiro já pôde ser usado”.

O senador Paulo Souto (PFL-BA), por sua vez, ponderou ser necessário encontrar um mecanismo alternativo para financiar o ensino médio.

## Pauta da CCJ inclui capital estrangeiro na mídia

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite a participação do capital estrangeiro em empresas jornalísticas, de rádio e de televisão está na pauta da reunião de hoje da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a partir das 10h.

Na última reunião da CCJ, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) requereu inversão de pauta, que faria com que a matéria, que ocupa a 43ª posição, fosse o primeiro item a ser votado. O senador Roberto Requião (PMDB-PR), no entanto, por considerar que o assunto é polêmico e merece mais discussão, solicitou verificação de quórum, o que impediu a inversão de pauta e o exame da matéria.

Recentemente, em audiência

pública promovida pela comissão, a possibilidade de ingresso de capitais estrangeiros em empresas de mídia dividiu opiniões. De um lado, empresários do setor acenaram com novos investimentos e empregos. De outro, representantes de trabalhadores e do meio universitário questionaram a falta de um órgão regulador para o setor.

De acordo com o presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão e Telecomunicações (Abratel), Roberto Wagner Monteiro, a aprovação da proposta permitirá a capitalização das empresas do setor e as ajudará a enfrentar os desafios da implantação de novas tecnologias, como a televisão digital. “Manter o mercado engessado pode colocar em risco aquilo que

se quer preservar”, observou Roberto Monteiro.

A demora na instalação do Conselho de Comunicação Social foi apontada pelo professor Murilo César Ramos, da Universidade de Brasília, como um dos motivos para se encarar com cautela a eventual aprovação da proposta. Na sua opinião, deveria ser criado um órgão regulador para investigar a aplicação de dispositivos da proposta, como o que reserva a brasileiros o controle do conteúdo transmitido pelos meios de comunicação.

A pauta da Comissão de Justiça também prevê a votação da PEC que revoga a decisão do Tribunal Superior Eleitoral de obrigar a verificação das coligações nas eleições deste ano.